

estavam abarrotados. Entendemo-nos com o Sr. Secretário da Saúde e temos a informar à Casa, para que seja divulgado, que tem havido casos numa média de 5 por dia, dos quais 3 na Capital e dois no Interior. Os casos do Interior são, na maioria, de Mato Grosso. Casos fatais não existem, isto já é alguma coisa, e os hospitais não estão abarrotados. Hoje foram enviadas para o Interior 100 mil doses de vacina, cobrindo as delegacias de Campinas, Ribeirão Preto, Marília e Bauri. Portanto, cerca de 131 municípios serão atendidos. Nesta tarde foi aberta concorrência pública e a firma vencedora irá entregar as vacinas.

Quanto à desidratada, temos um cálculo aproximado de 8 mil casos em 1962, com 30 óbitos, e em 1963 doze mil casos, com 13 óbitos. Nestes últimos 10 dias não tem havido nada.

E' preciso, antes que se divulgue alguma coisa, que se pondere bem no que poderá acontecer como consequência de tal divulgação. A Secretaria da Saúde está atenta, tomando as providências que se tornarem necessárias.

Era o que me cumpria dizer.

O SR. ISRAEL DIAS NOVAIS — (Sem revisão do orador) — (Para contraditar) — Sr. Presidente, o afã governista do nobre deputado Leônidas Umburanas, aquilo que eu chamaria melhor de "complexo da chapa branca", leva S. Exa. a responder ao que não foi dito e a informar ao que não foi perguntado. Eu ontem prestei informações a esta Casa, dentro, exclusivamente, do meu espírito de homem público. Isto é: eu fora informado na minha condição de leigo, mas de homem sempre bem intencionado, sem "parti-pris" e sem querer atribuir ao Governo culpa pelo surto de poliomielite, mas apenas responsabilizá-lo por suas omissões, como elogio por seus acertos. E V. Exa. é testemunha de que tenho, quase com frequência, enaltecido a atuação do Governo.

Ontem eu informei que se manifestava em São Paulo, como quase em todos os anos, um surto de poliomielite. E citava a cidade de Franca, de onde vinham notícias segundo as quais se havia registrado lá cerca de 100 casos. Posteriormente, verifiquei que os casos não eram tantos, louvando-me no noticiário da imprensa diária de São Paulo. Então, tínhamos 25 casos em Franca, já registrados e hospitalizados. Quanto à situação na Capital, tive oportunidade de elogiar ainda ontem o Sr. Secretário da Saúde. Não fiz reparo, algum à ação do Dr. Julianelli. Lembra-me bem de ter dito que S. Exa. se encontra lá apenas 1 ou 2 meses à testa daquela pasta, portanto, não poderia ser responsabilizado por coisa alguma. Assim, o nobre deputado Leônidas Umburanas se saudou em saúde.

O Dr. Julianelli dera instruções no Hospital das Clínicas para que se esvaziasse o Pavilhão "Emílio Ribas", com o fim de dar alojamento para os novos casos de paralisia infantil que se estavam manifestando.

Não entrei em indagações sobre se os casos eram benignos ou malignos. Mas o importante, Sr. Presidente, não houve exclusivamente o propósito de alarmar a população, mas apenas o de denunciar a desídia do Governo. Por isto o comunicado era importante, Sr. Presidente.

Não entrei na indagação das estimativas, porque ninguém tem esses dados. Se V. Exa. telefonar agora ao Dr. Salvador Julianelli e indagar o número exato de casos de enfermos de paralisia, S. Exa., mesmo com toda a sua proficiência, neste momento não tem elementos para responder, porque os casos brotam como em todos os anos.

Eu acusava a desídia do governo, e não o Sr. Secretário da Saúde, no sentido de não ter providenciado em tempo as vacinas reservadas para uma eventualidade como esta, em primeiro lugar. E e, em segundo lugar, por haver o antecessor do Sr. Secretário Salvador Julianelli, o Dr. Zeferino Vaz, descuidado do prosseguimento da ação preventiva. Isto é, as crianças paulistas que haviam recebido a primeira dose não tiveram a segunda, porque não havia vacinas, e as crianças subsequentes não tiveram nem a primeira nem a segunda, porque não havia vacinas.

E o Sr. Adhemar de Barros, anteontem apenas, por solicitação do mesmo ilustre Secretário da Saúde, abriu um crédito suficiente para a aquisição de um milhão de vacinas "Sabin".

Lembrei mais, Sr. Presidente, — e lamento que o nobre deputado Leônidas Umburanas, sempre atento, sempre amigo, não tenha atentado para este aspecto que acho o mais importante e o mais significativo da minha comunicação — o aspecto da recomendação do cientista Sabin, formulada nesta Casa, segundo a qual a ação preventiva e curativa da poliomielite não poderia sofrer solução de continuidade. E denunciava o Sr. Secretário da Saúde por haver permitido essa solução de continuidade, isto é, não havia vacinas.

O tratamento de vacinação se interrompeu e o surto de poliomielite — que não me interessa se é rotineiro ou não, se é cíclico ou não se manifestava e encontrava os órgãos públicos desarmados para combatê-la.

Isto o que queria repetir para avivar a memória do meu ilustre colega e amigo, deputado Leônidas Umburanas, no sentido de que S. Exa. atente bem para o que se diz para que possa responder com propriedade.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Tem a palavra o nobre deputado Cardoso Alves, que cede o seu tempo ao nobre deputado João Batista Botelho, que está com a palavra.

O Sr. Scalamarandé Sobrinho — S. Presidente, peço permissão ao nobre orador para fazer uma reclamação (Assentimento do orador).

O SR. SCALAMARANDÉ SOBRINHO (Sem revisão do orador) (Para reclamação)

— Sr. Presidente, essa questão da poliomielite não está sendo bem contada nos seus devidos termos. A verdade é a seguinte: até a gestão do Sr. Secretário Fauze Carlos, a vacinação Sabin se efetivou sem solução de continuidade. Com o advento do novo governo foram executadas modificações no quadro dos funcionários da Secretaria da Saúde.

A pessoa designada pelo antigo Secretário Dr. Fauze Carlos, que é o Dr. Ananias Pôrto, Diretor do Centro de Saúde desta Capital, por injunções políticas foi afastado do cargo, passando a ocupar o seu lugar o Dr. Pascoal Gaioto, que neste instante, se não me engano, acumula as funções de Diretor do Serviço dos Centros de Saúde da Capital e, também, da alimentação pública.

E por perseguição política se encontra afastado do seu cargo. O resultado do seu afastamento é esse que estamos observando hoje, porque até a gestão de Fauze Carlos as crianças de 3 meses a 4 anos de idade foram vacinadas com a vacina Sabin, nas duas doses: a primeira e a segunda. E lógico que nesse ínterim existiam crianças de 1 mês e de 2 meses que não receberam a vacina. Outras crianças nasceram e não foram vacinadas. E por que não foram vacinadas? Porque não havia no local próprio o homem apropriado, ele, o Dr. Ananias Pôrto, para continuar essa obra extraordinária. Ele não estava mais lá. O nobre deputado José Salvador Julianelli, atual Secretário da Saúde, conhece bem a faceta do caso, e antes de S. Exa. ter sido nomeado ouviu os apelos de uma comissão de médicos que veio pedir a S. Exa. que reconduzisse o Dr. Ananias Pôrto ao cargo que ocupava com brilhantismo, tão logo fosse nomeado Secretário. Entretanto, até hoje o Dr. Ananias Pôrto não foi reconduzido. De nada adiantará a aquisição das vacinas, se não houver pessoa capacitada para proceder à vacinação. Esperamos que o Dr. José Salvador Julianelli, conforme prometeu nesta Casa, reconduza o Dr. Ananias Pôrto, e então a profilaxia da poliomielite terá continuidade em São Paulo. E bem verdade que na Secretaria da Saúde existem outros médicos de igual valor ao do Dr. Ananias Pôrto, que poderão continuar a sua obra, mas é mister que se faça justiça, que retorne aquele que iniciou a obra e que tem experiência de vacinação. A incidência da moléstia, neste instante, é gravíssima, conforme disse o nobre deputado Israel Dias Novais. O Hospital das Clínicas se encontra abarrotado de crianças atacadas de poliomielite, e o seu número tem aumentado diariamente, conforme informações que possuo. Resta, portanto, Sr. Presidente, Srs. deputados, que termine a politicagem, as perseguições naquela Secretaria, pois essas medidas não são construtivas, não têm cabimento nenhum, e que se faça retornar ao posto o Dr. Ananias Pôrto, e, com a aquisição das vacinas, poder-se-á dar início à vacinação das crianças de São Paulo.

Desejo tratar de outro assunto nesta mesma reclamação e peço a permissão do nobre deputado João Batista Botelho. (Pausa.) É assunto que tem correlação. Ouvi o nobre deputado Postigo referir-se ao fato de que os ferroviários da Sorocabana estão sendo castigados, não recebendo vencimentos, devido à greve. Quer-me parecer que o coração do Governador de São Paulo está muito duro neste instante. S. Exa. não atende às mínimas necessidades desses humildes trabalhadores. Ouvi também o deputado Postigo fazer um apelo ao deputado Synval Antunes de Sousa para que se dirigisse ao Sr. Governador a fim de que ordenasse o pagamento de todos os funcionários da Sorocabana. Como não acreditamos em que o Governador vá atender ao pedido do deputado Synval Antunes de Sousa, vamos apresentar projeto de lei nesta Casa na próxima segunda-feira, concedendo anistia a todos os trabalhadores da Sorocabana, e esperamos contar com a honrosa assinatura do deputado João Batista Botelho e de todos aqueles que queiram subscrevê-lo, porque só assim os funcionários serão atendidos.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o nobre deputado João Batista Botelho.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, devo, de coração, agradecer a oportunidade que o deputado Cardoso Alves me proporcionou, ainda mais dada a explicação, em aparte, do ilustre e grande vice-líder do P.S.P., deputado Blota Júnior, do ilustre e jovem deputado Synval Antunes de Sousa. O nobre deputado Blota Júnior disse que os deputados vão à tribuna com o fim de obstruir e de impedir a votação. O deputado Synval Antunes de Sousa disse que os deputados vão fazer demagogia. Eu não estou com o intuito de proferir, de protelar, de obstruir, e jamais de fazer demagogia, como já afirmou hoje. Demagogia é quem tem possibilidade, capacidade de fazer demagogia. Este deputado não tem capacidade, porque não dispõe de vocabulário para que assim possa proceder. Mas o deputado vice-líder do governo, em aparte, argumentou a respeito dos juro.

O SR. BLOTA JÚNIOR — V. Exa. concede um aparte, antes de entrar nesse terreno, para dar uma breve explicação?

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — V. Exa. é realmente um grande deputado, um grande advogado, um grande radiologista, aliás de renome, porque o tenho visto na televisão e fico até emocionado quando o vejo. Mas acho um pouquinho... acho que não chegou a esse alcance de adivinhar o que vou perguntar.

O SR. BLOTA JÚNIOR — Já referir-me a uma frase que V. Exa. disse. Querá apenas esclarecer um ponto, para que não pareça injusta minha. Não falei se tivesse falado iria penitenciar-me em demagogia. Falei em obstrução. Há obstrução sem de-

magogia e há demagogia sem obstrução. Digo a V. Exa. que falei em obstrução. Não em demagogia.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Mas, nobre deputado Blota Júnior, a minha intenção é esclarecer-me, apenas aprender com V. Exa., aprender com os demais deputados, porque recebo estes apêntes, esta forma de diálogo, como escola. Eu, que não tive a felicidade de passar pelos bancos escolares, recebo como escola. Agora, o ilustre deputado falou dos juro, que estamos pagando 3 milhões de cruzeiros de juro. Se não foi feito ainda o contrato, se o contrato depende de esta Assembleia aprovar ou não, como estamos pagando juro? Gostaria de aprender, porque, quando se faz um financiamento pelo Banco do Brasil ou pelo Banco do Estado, no tempo em que o Banco do Estado fazia financiamentos, paga-se os juro na medida da retirada. O Banco do Brasil faz assim. Faz-se um contrato agrícola ou pecuário, e paga-se o juro na medida em que se retira o dinheiro. É o que ocorre na Caixa Econômica do Estado, tenho experiência, porque, como Prefeito, retirei vultosas somas naquele tempo, e fazia assim.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Aplicou bem.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Parece que apliquei bem. Tenho a consciência tranquila. Naquele tempo se assinavam contratos e o dinheiro saía, porque hoje não me consta que esteja saindo dinheiro.

Mas o certo é, Srs. deputados, que assinado o contrato não basta a assinatura — sem que o dinheiro seja levantado — para começar a pagar o juro. Eu gostaria de saber se este contrato com o Banco para o reaparelhamento da Sorocabana, antes de o Estado receber o dinheiro, já está vencendo juro. Eu então solicitaria ao deputado Blota Júnior a resposta, porque S. Exa. afirmou que o Estado está pagando 3 milhões por mês. Posso estar errado na cifra que S. Exa. alegou. Mas S. Exa. insiste na aprovação do projeto, alegando que o Estado está tendo prejuízo. Alguém disse que este problema já foi sacramentado, que o dinheiro já está nas mãos do Estado. Se é assim, deve mesmo estar pagando juro. Então, não pode haver prejuízo para o Estado se a aprovação se der hoje, amanhã ou daqui a dois anos. Se o dinheiro já foi aplicado, é porque o Governo do Estado — talvez ainda no outro governo — já recebeu o dinheiro. Então, não há prejuízo no pagamento do juro, porque está pagando o juro devido, o juro certo. Mas, se não recebeu o dinheiro, não pode estar pagando o juro. O problema desse Banco do Desenvolvimento Econômico é outro. Não acredito, e nem poderia ninguém acreditar, que apenas é uma proposta, porque nesse caso, se ainda não retirou o dinheiro, se é apenas uma proposta, se para retirar o dinheiro depende do beneplácito da Assembleia, não é possível que já esteja pagando o juro. Como! De que forma? Então não seria negócio, seria pior do que chantagem, seria pior do que esses negócios que estão por aí. É uma explicação que queremos, porque nós viemos à tribuna para ser esclarecidos. Se quem defende neste instante a aprovação deste empréstimo, deste contrato, conseguir me explicar, conseguir me esclarecer, terá o meu voto em seguida. Descerei da tribuna e darei voto favorável ao projeto. Agora, não posso deixar neste instante de fazer veemente crítica, veemente protesto. No governo atual — e em governos passados também — quando vejo na minha frente um projeto para aprovação de um empréstimo para reaparelhamento de ferrovia, lamento não ver na minha frente ou pelo menos andando pelas Comissões projeto de interesse do governo para atender ao problema do homem do campo. E neste instante eu lanço um repto ao ilustre deputado jovem da Noroeste, meu amigo Synval Antunes, que citou o problema da demagogia. Repto, não só o ilustre amigo Synval Antunes, como os 114 deputados, a imprensa escrita e falada, que me contestem se não é a lavoura o sustentáculo da Pátria.

Se alguém contestar, com provas capazes e eficientes, que a lavoura não é o sustentáculo da Pátria.

O SR. SINVAL ANTUNES DE SOUZA — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Dentro de alguns instantes.

Quando vereador, participei de quase todos os congressos municipalistas — regionais, estaduais e nacionais — sempre ouvindo de representantes de todos os cantos da Pátria, o mesmo argumento: temos que solucionar o problema do homem do campo, temos que solucionar o problema da lavoura.

Homem do campo, nascido no campo, de mãos deformadas pelos trabalhos do campo, sempre esteve atento e continuo a estar a este problema. Então, lanço, neste instante, um repto aos 114 homens dignos que representam o povo nesta Casa e um apelo veemente aos homens do governo para que apresentem também, junto a um projeto como este da Sorocabana, uma proposta abrindo crédito para solucionar a situação do homem do campo.

Deu o aparte ao nobre deputado Sinval Antunes de Souza.

O SR. SINVAL ANTUNES DE SOUZA — Muito obrigado, nobre deputado João Batista Botelho. Estou de acordo com V. Exa. no que tange ao problema do homem do campo, pois V. Exa. traz nas mãos as marcas do sofrimento dos lavradores da nossa região. Por isso estamos identificados dentro deste plenário pelos mesmos objetivos, pelos mesmos interesses, o que nos anima a lutar incessantemente para a sua solução. Agora, V. Exa. faz referência ao meu aparte, à alusão que fiz a exploração demagógica sobre o problema da Sorocabana. Da

fato, quando vem à tona esse problema, discute-se tudo, fala-se em Kennedy, fala-se em Khrushchev, volta-se ao problema do Padre Balseiro, fala-se no Professor Zeferino Vaz, mas a única coisa de que não se fala é justamente na solução do problema da Sorocabana. Demonstra-se, assim, confesadamente, o intuito de protelar a aprovação dessa matéria. Quanto à alegação de que funcionários da Sorocabana em número de 2 ou 3 mil foram dispensados, foram colocados na "rua da amargura" pelo Dr. Adhemar de Barros, não tem fundamento algum. A verdade tem que ser dita neste plenário. Apenas 93 ferroviários estão sujeitos a sindicância, porque os ferroviários têm seu estatuto. 142 ferroviários contratados, contando menos de um ano de casa, estão sendo dispensados, pois não tinham o direito de fazer greve, com apenas alguns meses trabalhando na Sorocabana. O fato é esse e não como se propala por aí que o número de dispensa foi de 2 ou 3 mil funcionários. O Governador Adhemar de Barros nunca caminha por essa senda, nunca procura desvirtuar a meta homem e a realidade de São Paulo.

A verdade é esta, nobre deputado, estamos aqui imbuídos do mesmo objetivo nobre e altaneiro de colaborar para solução dos problemas da nossa terra. Não por sermos da situação é que aqui estamos para, silenciosamente, dizer amém ao que o Governador Adhemar de Barros diz ou afirma, mas, sim, para, como homens do governo, colaborar a fim de que São Paulo tenha o seu surto de progresso, e contrariar o governo naquilo que ele esteja errado. Quero que V. Exa. tenha em mente que minha intenção dentro deste plenário é unicamente colaborar para o êxito deste problema ferroviário.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Quero agradecer o aparte de V. Exa., porque registro na minha memória, grave no meu coração a palavra de um deputado do governo que afirma neste momento que irá votar de acordo com a sua consciência. Isto, para nós, só Deus mesmo pode avaliar.

Aguardemos, pois, o desenrolar dos acontecimentos. E vamos cobrar do deputado jovem da Noroeste esta magnífica afirmativa. Vamos cobrar e ele vai pagar, não tenham dúvida. Tenho a certeza de que esse espírito de moço vai pagar suas promessas todas as vezes que for cobrado. Aliás, com esse espírito que tem, não esperará ser cobrado. Votará de acordo com a sua consciência. Vai votar contra o aumento de vendas e consignações.

O Sr. Scalamarandé Sobrinho (Com assentimento do orador) — Por falar em pagar promessas, nobre deputado, eu vou cobrar uma promessa do governador do Estado, feita logo após a sua posse. Logo que o Sr. Adhemar de Barros foi eleito governador, ele, inteligentemente, mandou para o Japão, para a Índia, para a Ilha Formosa, e vários outros países da Ásia, o Dr. Thompson, acompanhado do nosso querido presidente Ciro Albuquerque, a fim de estudarem naquela região os problemas da agricultura, da pecuária, enfim, tudo o que dissesse respeito à agricultura, porque, dizia o governador, fazendo promessas, o seu governo cuidaria com carinho da agricultura e tinha escolhido dois dos melhores homens do seu Estado para estudar e trazer as soluções que pudessem ser aplicadas à agricultura de nossa terra. Eu ouvi o governador de São Paulo falar na televisão logo após a chegada dos dois emissários, que iria trazer 400 agrônomos da Ilha Formosa para cuidar da lavoura em São Paulo.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Dois mil, Excelência.

O Sr. Scalamarandé Sobrinho — Eu ouvi 400. Já naquele instante estava o Sr. Governador faltando com a verdade ao povo de São Paulo, porque na Ilha Formosa pode existir quando muito 100 engenheiros agrônomos. Não há lá tantos agrônomos que pudessem vir para São Paulo. Ao mesmo tempo, S. Exa., estava fazendo uma injustiça para com os agrônomos que estudaram em nosso Estado, pois dava a idéia de que havia necessidade de se trazer agrônomos de outros países porque os nossos não teriam competência, do que discordo. Entretanto, não vimos em São Paulo, até hoje nenhum chinês da Ilha Formosa, diplomado em agronomia. A promessa ficou em palavras. E até pelo contrário: fecharam-se as arcas do Banco do Estado ao agricultor, que recebia no governo do Sr. Carvalho Pinto empréstimos a juros de 4% ao ano. E o pouco que fizeram, neste governo atual, de empréstimo ao agricultor, foi na base de 11% ao ano. Isso é do conhecimento de todos. E assim mesmo felizes daqueles que conseguiram o empréstimo, mesmo a 11%, pois há mais de 6 meses o Banco do Estado não dá um centavo ao agricultor. O que eu lamento, nobre deputado, é que não tivesse sido escolhido para a Secretaria da Agricultura o homem que esperávamos, que o nobre deputado Ciro Albuquerque. Agrônomo dos mais capazes, homem inteligente, que conhece de fato a agricultura, que se estivesse sido Secretário da Agricultura, teria força política suficiente para arrancar do Governo o necessário para o levantamento da agricultura. Conheçamos o trabalho do deputado Ciro Albuquerque em favor da agricultura, não neste governo, mas nos outros governos. Foi o único deputado que conseguiu, nesta Casa, estando na oposição, a aprovação de verbas substanciais para amparo à lavoura. Lembro-me de sua batalha quando desejava o incremento da grama missionária em nosso Estado, da luta que manteve aqui, e esta Casa, atendendo ao jovem agrônomo, ao homem que tem amor à terra, que quer bem ao seu Estado deu-lhe a verba, e a grama missionária tem germinado pelo Estado, principalmente na zona sul, onde, segundo me informou o próprio deputado Ciro Albuquerque, foi a salvação dos rebanhos, porque foi a única grama que resistiu à estiagem. E pena que Ciro Albuquerque não esteja na Secretaria da Agri-